

## ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A DEMOGRAFIA HISTÓRICA E SEU DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

*Para Tito e Nina, um amigos que partiram cedo*

**Iraci del Nero da Costa<sup>1</sup>**

**RESUMO:** O autor efetua um sucinto levantamento dos avanços da demografia histórica no Brasil, apontando os desafios a enfrentar para o desenvolvimento da área e indicando as lacunas e carências defrontadas neste campo da ciência social. Depois de propor uma definição para o conceito "Demografia Histórica", o autor procura estabelecer as relações entre os dois campos científicos envolvidos no aludido termo: demografia e história. Por fim, após descrever de maneira breve o evolver demoeconômico da população mundial, evidencia algumas especificidades da formação socioeconômica do Brasil e enuncia o que parecer ser, segundo sua visão, a tarefa central reservada aos demógrafos historiadores votados ao estudo da população brasileira.

**PARAVRAS-CHAVE:** Brasil; demografia histórica; evolver demoeconômico; formação socioeconômica.

**ABSTRACT:** The author performs a succinct survey of the advances of historical demographics in Brazil, pointing out the challenges to face for the development of the area and indicating the gaps and deficiencies faced in this field of social science. After proposing a definition for the concept "historical demography", the author seeks to establish relations between the two scientific fields involved in the alluded term: demography and history. Finally, after briefly describing the demographic and economic history of the world's population, it highlights some specificities of the socio-economic formation of Brazil and enunciates what appears to be, according to his vision, the central task reserved for the historians of the Brazilian demographics.

**KEYWORDS:** Brazil; demographic history; demographic and economic history; socio-economic formation.

### 1. OBSERVAÇÕES SOBRE O EVOLVER DA DEMOGRAFIA HISTÓRICA NO BRASIL.

Nas últimas décadas o conhecimento sobre nossa história viu-se expressivamente enriquecido. Tal desenvolvimento não decorreu apenas de um alargamento devido à introdução de novos temas e abordagens, mas, sobretudo, da incorporação desses novos elementos num quadro de revisão das interpretações historiográficas preexistentes; assim, ocorreu uma verdadeira superação de nossos conhecimentos concernentes às estruturas socioeconômicas e demográficas sobre as quais repousa o evolver da sociedade brasileira. Destarte, tal superação deu-se no âmbito de avanços articulados e integrados nos planos empírico, metodológico e teórico.

---

<sup>1</sup> Professor Livre-docente aposentado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (Brasil).

Ainda não estabelecemos, é forçoso reconhecer, uma visão global nova, um novo "paradigma". Não obstante, estamos a percorrer um caminho harmônico e organicamente estruturado do qual, certamente, resultará uma perspectiva original e mais rica de nossa formação histórica, a qual, certamente, mostrar-se-á capaz de qualificar e enriquecer interpretações clássicas tais como as formuladas por Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Celso Furtado e outros construtores de primeira linha de nossa história social e econômica.

Dentre as novas contribuições para o processo acima delineado ressalta, como da maior importância, a emergência e o amadurecimento dos estudos desenvolvidos na área da demografia histórica; assim, esse campo distingue-se como um dos mais destacados propulsores das renovações aqui lembradas. Com respeito a tal assertiva talvez seja elucidativo atentarmos, embora em termos meramente informativos e genéricos, para o próprio nascimento e afirmação da pesquisa em demografia histórica no Brasil.

Entre os predecessores da demografia histórica podemos apontar Gilberto Freyre que, no prefácio de *Casa Grande & Senzala* – escrito em Lisboa, em 1931, e revisto em Pernambuco, em 1933 –, já registrava com clareza a relevância da massa documental da qual se serviram, duas décadas depois, os autores aos quais devemos a formulação dos métodos que deram nascimento à demografia histórica. A compreensão acurada das potencialidades carregadas, sobretudo pela documentação eclesiástica, justifica a longa citação extraída do aludido prefácio:

"Outros documentos auxiliam o estudioso da história íntima da família brasileira: inventários (...); cartas de sesmaria, testamentos, correspondências da Corte e ordens reais (...); pastorais e relatórios de bispos (...); atas de sessões de Ordens Terceiras, confrarias, santas casas (...), Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, de que tanto se tem servido Afonso de E. Taunay para os seus notáveis estudos sobre a vida colonial em São Paulo; as Atas e o Registro Geral da Câmara de São Paulo; os livros de assentos de batismo, óbitos e casamentos de livres e escravos e os de rol de famílias e autos de processos matrimoniais que se conservam em arquivos eclesiásticos; os estudos de genealogia (...); relatórios de juntas de higiene, documentos parlamentares, estudos e teses médicas, inclusive as de doutoramento nas Faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia; documentos publicados pelo Arquivo Nacional, pela Biblioteca Nacional, pelo Instituto Histórico Brasileiro, na sua Revista, e pelos Institutos de São Paulo, Pernambuco e da Bahia. Tive a fortuna de conseguir não só várias cartas do arquivo da família Paranhos, (...) como o acesso a importante arquivo de família, (...) o do engenho Noruega, que pertenceu por longos anos ao capitão-mor Manuel Tomé de Jesus (...). Seria para desejar que esses restos de velhos arquivos particulares fossem recolhidos às bibliotecas ou aos museus, e que os eclesiásticos e das Ordens Terceiras fossem convenientemente catalogados. Vários documentos que permanecem em mss. nesses arquivos e bibliotecas devem quanto antes ser publicados. É pena – seja-me lícito observar

de passagem – que algumas revistas de História dediquem páginas e páginas à publicação de discursos patrióticos e de crônicas literárias; quando tanta matéria de interesse rigorosamente histórico permanece desconhecida ou de acesso difícil para os estudiosos."

Também a anteceder a afirmação da demografia histórica como disciplina autônoma, coloca-se a monografia de Lucila Herrmann denominada *Evolução e estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*, datada de fins da década de 1940. Este empreendimento pioneiro – calcado, basicamente, em levantamentos populacionais realizados no período colonial – ficou isolado, não conheceu divulgação imediata e não se viu seguido, de pronto, por produções similares.

A década de 1960 vai conhecer os ensaios pioneiros de Luis Lisanti Filho e Maria Luiza Marcílio, cabendo a esta última a autoria da tese intitulada *La ville de São Paulo, peuplement et population (1750-1850) d'après les registres paroissiaux et les recensements anciens*, texto seminal do qual resultou o reconhecimento, em escala internacional e, sobretudo, em âmbito nacional, da demografia histórica brasileira; dá-se, a contar de sua edição em português, a difusão entre nós dos métodos propostos pelos cientistas franceses criadores deste novo ramo do saber demográfico situado no amplo campo das ciências sociais. Não é exagero dizer que *La ville de São Paulo* assinalou o surgimento efetivo da demografia histórica no Brasil.

Ainda nesses momentos iniciais do desenvolvimento da nova disciplina entre nós vêm à luz as obras de Altiva Pilatti Balhana e de Cecília Maria Westphalen, às quais se seguiram as dissertações elaboradas pelo "grupo" do Paraná; em sua Universidade Federal estruturou-se a pós-graduação em demografia histórica da qual resultou a detecção e ordenamento sistemático das fontes paranaenses e uma grande quantidade de pesquisas: a maior concentração existente até os anos 1990. Pela primeira vez, demógrafos historiadores colocaram em xeque a "família extensa" e afirmaram a predominância, entre nós, da família nuclear (formada, tão só, por progenitores e seus filhos). Ali também nasce a descrição sistemática das comunidades de imigrantes, dando-se, concomitantemente, o espraiamento da exploração demográfica a qual não se restringiu apenas a comunidades paranaenses, pois abrangeu localidades situadas em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais.

O decênio de 1970 ver-se-á irrigado por substancial volume de contestações inovadoras votadas a distintas problemáticas e cobrindo novas áreas do território brasileiro. Luiz R. B. Mott volta-se para o Nordeste (Piauí e Sergipe); a ele creditamos o

fato de haver questionado abertamente algumas alegações até então tidas como "verdades" inquestionáveis, pensamos aqui no numeroso contingente de pequenos proprietários de cativos, na existência da escravidão na área dominada pela pecuária no Nordeste e na questão do absentismo dos proprietários de gado de tal região. Dessa mesma década são as perquirições de Katia M. de Queirós Mattoso e de Stuart B. Schwartz para a Bahia; a monografia de Johildo Lopes de Athayde para Salvador; os frutos dos doutorados de Pedro Carvalho de Mello e de Robert W. Slenes, os quais devotaram particular cuidado à massa de escrava existente no Brasil; tocando a Herbert S. Klein ocupar-se do tráfico negreiro intercontinental. A preocupação com as populações mineiras e a ênfase emprestada aos distintos segmentos populacionais característicos da sociedade colonial brasileira (livres, forros e escravos) marcam as publicações de Donald Ramos e Iraci Costa; já a estrutura de posse dos cativos e a relevância dos "pequenos escravistas" consubstanciam o interesse maior de um pioneiro desses tópicos: Francisco V. Luna, que escrutinou os dados de Minas Gerais. Stuart B. Schwartz, por seu turno, buscou caracterizar a estrutura de posse de escravos existentes na Bahia. A relevância deste assunto levou Francisco V. Luna e Iraci Costa a estendê-lo às áreas de São Paulo e do Paraná.

Igualmente na década de 1970, os agregados e a família mereceram tratamento especial de Eni de Mesquita Samara – que se ocupou dos agregados e estendeu para a família paulista os resultados concernentes ao Paraná e a Minas Gerais –, de Elizabeth Anne Kuznesof e de Alida Christine Metcalf.

Ao fim do decênio de 1970 e início do seguinte deu-se a extensão dos olhares dos demógrafos historiadores para regiões que permaneciam inexploradas assim como aplicaram-se novas abordagens para captar o evoluir populacional das áreas contempladas anteriormente. O rol de especialistas, embora longo, não pode ser descurado: Norte (Ciro Flamarion Santana Cardoso); Paraíba (Elza Régis de Oliveira, Diana Soares de Galliza); Goiás (Eurípedes Antônio Funes, Maria de Souza França); Rio de Janeiro (Eulália Maria Lahmeyer Lobo). Clotilde A. Paiva e Beatriz Ricardina de Magalhães versaram sobre Minas Gerais; Horacio Gutiérrez dedicou-se de modo inovador ao Paraná; Maria Nely dos Santos discorreu sobre Sergipe enquanto o Piauí recebeu a atenção de Miridan Brito Knox. Na década de 1980 Elizabeth Darwiche Rabello, Carlos de Almeida Prado Bacellar e Ana Sílvia Volpi Scott empenharam-se em deslindar as distintas facetas das elites paulistas. Nessa última década retomou-se, com

base numa perspectiva renovada, em nível qualitativo superior e em termos quantitativos mais sofisticados, a linha aberta por Lucila Herrmann; qual seja, a de se escrever, emprestando-se preeminência aos elementos demográficos e econômicos, a história regional, quase sempre relegada a uns poucos abnegados sem formação acadêmica sofisticada. Em linha científica refinada enquadram-se o projeto de esquadramento sistemático da evolução demoeconômica de Campinas, de Peter L. Eisenberg, os escritos sobre a Bahia de Stuart B. Schwartz e o paradigmático *Caiçara*, de Maria Luiza Marcílio.

A família escrava passa a ser reconhecida no segundo lustro dos anos 1970 e no correr do decênio de 1980. O trabalho de Richard Graham distingue-se como pioneiro. Segue-se artigo de Francisco V. Luna & Iraci Costa sobre a família escrava em Vila Rica. Logo após veio a lume a importantíssima publicação de Robert W. Slenes sobre a família escrava em Campinas. A partir daí surgem muitos novos ensaios produzidos por Iraci Costa & Horacio Gutiérrez, Alida Christine Metcalf, Iraci Costa & Robert W. Slenes & Stuart B. Schwartz, Gilberto Guerzoni Filho & Luiz Roberto Netto, João Luís R. Fragoso & Manolo G. Florentino, José Flávio Motta, Iraci Costa & Nelson Nozoe, Francisco V. Luna, Ana Sílvia Volpi Scott & Carlos de Almeida Prado Bacellar; neste quadro coloca-se, também, a exposição sobre casamentos mistos devida a Eliana Maria Réa Goldschmidt.

Nessa mesma quadra de 1980 elaboraram-se novas indagações centradas na família. Maria Sílvia C. Beozzo Bassanezi privilegia a família de colonos do café; Lucila Reis Brioschi disseca genealogias; José Luiz de Freitas contesta o "mito" da família extensa; Katia M. de Queirós Mattoso estuda a família baiana e chega a conclusões análogas às válidas para Minas Gerais, São Paulo e Paraná; Renato Pinto Venancio discute a fundo a questão dos enjeitados; Maria Beatriz Nizza da Silva discorre sobre o sistema de casamentos no Brasil colonial enquanto Linda Lewin dedica tese a este último objeto.

No início dos anos 90 vários projetos estavam em andamento. Alguns itens originais foram propostos (reconhecimento demoeconômico dos não-proprietários de escravos, Iraci Costa; movimentos migratórios de nordestinos, Nelson Nozoe & Eni de Mesquita Samara & Maria Sílvia C. Beozzo Bassanezi; crescimento vegetativo da massa escrava, Horacio Gutiérrez & Clotilde A. Paiva; preço de escravos, Nilce Rodrigues Parreira) e novas áreas são incorporadas (entre outras: Sorocaba, Carlos de

Almeida Prado Bacellar; Bananal, José Flávio Motta e Litoral Norte de São Paulo, Ramón V. G. Fernández). Correlatamente, define-se a preocupação com os rumos da demografia histórica brasileira: quais os objetos a enfocar?; Não se mostram necessárias tentativas de generalização e de teorização mais consequentes?; Como incorporar a nossas indagações áreas e/ou fases cruciais de nossa economia (nordeste açucareiro, zona do café para o segundo meado do século XIX etc.)?

Nem sempre foi possível, neste item, seguir estritamente a perspectiva cronológica, pois alguns tópicos viram-se concebidos simultaneamente e/ou interpenetraram-se no tempo. De outra parte, algumas criações das mais expressivas precisam ser "encaixadas" na revisão histórica aqui esboçada, tomo como exemplos a classificação dos setores e ramos de atividades econômicas (de Iraci Costa e Nelson Nozoe), o trabalho de Tarcísio do Rego Quirino sobre os habitantes do Brasil no fim do século XVI, a pesquisa de Carlos Roberto A. dos Santos sobre preços de escravos no Paraná e a obra intitulada *Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850*, de Mary C. Karash. Enfim, muito poderia ser acrescentado ao elenco aqui arrolado; de outra parte, cumpre lembrar que o encerramos no início dos anos 1990 porque ir avante seria temeroso, pois nos lustros mais recentes procederam-se à feitura de milhares de dissertações, teses, livros e artigos sobre nossa história demográfica.

Assim, conquanto a descrição acima posta seja sucinta e parcial, parece-nos bastante para revelar o amplo campo abrangido pela demografia histórica e o fato de que se deu no Brasil um verdadeiro transbordamento com relação aos temas estritamente demográficos, vale dizer, por haver grandes lacunas quanto ao conhecimento mais pormenorizado de nosso passado histórico, os demógrafos historiadores brasileiros sentiram-se impelidos a descobrir (redescobrir) e a reescrever (escrever) nossa história econômica, social, das mentalidades, das instituições etc.; destarte, o exame de variáveis demográficas definiu-se como uma larga porta de entrada para a história entendida em todas suas dimensões. Note-se, além disso, que a inexistência, entre nós, de uma história regional solidamente embasada, tem feito com que alguns demógrafos historiadores tomem como sua a tarefa de promovê-la.

Muito embora, como visto, nossos demógrafos historiadores tenham estendido seus estudos no espaço, no tempo e no que tange à vasta temática abarcada por nossa disciplina, ainda nos defrontamos com um longo caminho a percorrer nas três dimensões ora aventadas. Assim, existem áreas geográficas nas quais ainda não foi

atingido o nível de estudos observados no restante do Brasil, pensamos aqui, sobretudo, no norte e no nordeste; o século XVI ainda nos escapa bem como o conhecimento mais circunstanciado da segunda metade do século XIX; muitos temas até agora não mereceram nossa atenção e carecemos de perquirições voltadas para a generalização dos achados já revelados. Destarte, não é errôneo afirmar-se que teremos de formular padrões capazes de lançar luz sobre as evidências pontuais já levantadas, seremos compelidos a buscar as regularidades ainda não desveladas assim como caber-nos-á tentar discriminar claramente as causas comuns que se encontram nas raízes dos elementos empíricos já fixados; enfim, até os dias correntes ainda não chegamos a uma visão teórica de conjunto da formação de nossas populações.

Eis, pois, esboçados de maneira concisa – sempre lembrada a limitação do autor – os momentos iniciais do desenvolvimento da demografia histórica entre nós.

Por fim, lembrando que não dirigimos nossa atenção para este ou aquele autor ou para esta ou aquela linha de pesquisa, mas para toda uma geração de demógrafos historiadores, é preciso alertar que alguns temas e muitos autores foram esquecidos nestes apontamentos, fixar uma memória mais fidedigna deve ser tarefa coletiva, pois o autor isolado pode encaminhar-se para questões que lhe afetam mais de perto e/ou privilegiar colegas e/ou temas que lhe são mais familiares. Desde já, pois, peço escusas pelas impropriedades aqui cometidas, pelas omissões "indesculpáveis" e pelas assim chamadas "injustiças".

## **2. ALGUNS QUESTIONAMENTOS SOBRE OS RUMOS DA DEMOGRAFIA HISTÓRICA NO BRASIL.**

Neste segundo item serão abordadas algumas questões centrais – muitas vezes formuladas como perguntas ou questionamentos – dirigidas aos demógrafos historiadores dedicados ao estudo das populações pretéritas do Brasil. Não pretendemos que estas notas sejam exaustivas e desde logo chamamos a atenção para o fato de elas apresentarem um iniludível caráter exploratório; como notará o leitor avisado, muitas das opiniões aqui apresentadas terão um conteúdo impressionista na medida em que decorrem de meras intuições. Colocadas estas ressalvas preliminares passemos aos problemas que nos ocupam.

### **2.1 Primeiro questionamento.**

Os trabalhos em demografia histórica concernentes ao Brasil têm muito de história e pouco de demografia. Revela-se aí uma carência em termos do domínio dos métodos e técnicas desenvolvidos pela demografia formal.

Tal afirmação, basicamente correta, além de remeter-nos à própria história da demografia histórica no Brasil permite a identificação de substantivos problemas defrontados pelos pesquisadores de nosso passado populacional. Diga-se, desde logo, que, efetivamente, nos falta uma formação sólida nas técnicas próprias da demografia formal. Não obstante, é possível identificar outros elementos que explicam a pretendida supremacia do "histórico" sobre o "demográfico" em nossos estudos. Em primeiro lugar é preciso ter presente a dificuldade com que nos deparamos com respeito à aplicação imediata, para o caso brasileiro, do método da reconstituição de famílias, imprescindível para o estabelecimento dos dados de base que podem servir aos cálculos demográficos mais sofisticados e completos. Para superar esta limitação impõe-se, como sabido, o cruzamento de fontes, o qual é altamente exigente em termos de investimento em tempo de pesquisa e se define como trabalho dos mais árduos. Outro elemento a limitar tais cruzamentos é dado pela extrema mobilidade das populações brasileiras do passado, as quais distinguem-se como populações abertas tanto do ponto de vista espacial como no concernente ao *status* social; assim, o próprio cruzamento de fontes vê-se prejudicado em larga medida. Se estas observações forem corretas, não seria descabido inverter a ordem dos argumentos colocados acima: nossos trabalhos não são deficientes por faltarem formação teórica, pois foram as peculiaridades da sociedade brasileira que atuaram no sentido de afastar-nos da procura de uma formação estatística mais sólida.

A afastar-nos dela, além disto, encontra-se outro elemento. Antes de identificá-lo, faz-se necessário estabelecer uma consideração preliminar. Para a história econômica e social da Europa, em particular da França, já se conta com grande número de versões sumamente qualificadas; lá, além disto, o conhecimento alcançado do passado mostra-se muito superior e muito mais refinado do que entre nós. Em termos genéricos e comparativos, e que sei absolutamente imprecisos, poder-se-ia dizer que, enquanto a história da Europa já se encontra estabelecida, a nossa ainda está por ser escrita. Decorre daí que a demografia histórica na Europa (leia-se França) teve, desde seus primórdios, um campo de ação muito bem delimitado e relativamente limitado, vale dizer, orientou-se para a aplicação das técnicas demográficas aos dados reconstituídos para o passado e, também em termos os mais genéricos, não extravasou demasiadamente seu leito natural.



No caso do Brasil, contrariamente, dadas as dificuldades de aplicação dos métodos desenvolvidos na França, os demógrafos historiadores viram-se, como avançado acima, induzidos a descobrir (redescobrir) e a reescrever (escrever) a história econômica, social, das mentalidades, das instituições etc. Este "apelo", aliás reforçado pelo imediato reconhecimento de nossos achados, representa o elemento aventado na abertura deste parágrafo; assim, vimo-nos impelidos a afastarmo-nos dos fenômenos tidos como puramente demográficos e a mergulharmos na construção de uma história que põe em xeque a historiografia e, nesta medida, talvez tenhamos descurado nossa formação na área da demografia formal. Não se deve deixar de consignar que tal "troca" nos foi largamente favorável: afirmamos nossa área de estudos, vimo-nos respeitados pelos demais cientistas sociais, contribuímos concretamente para o estabelecimento de uma história fundada solidamente do ponto de vista empírico, atraímos um grande número de pós-graduandos para a pesquisa em demografia histórica, enfim, abrimos novas perspectivas, propusemos novos temas e renovamos importante região da Ciência Social. Efetuadas estas conquistas cumpre-nos, de um lado, consolidá-las e desenvolvê-las e, por outro, reconhecer a urgência de superarmos nossas deficiências. A respeito destas últimas cumpre-nos ter claro que, se a "troca" acima aludida nos foi vantajosa, a permanência de tal situação nos dias correntes é absolutamente perniciosa ao pleno amadurecimento da demografia histórica no Brasil.

## **2.2 Segundo questionamento.**

Os trabalhos recentes têm privilegiado as listas nominativas de habitantes e outros documentos de caráter parcial em detrimento de fontes muito ricas que exigem, porém, um longo período de coleta de dados, penso aqui, particularmente, nos registros paroquiais.

É, esta, outra objeção sumamente relevante. Na verdade, parece-me que a exigência de grande aplicação de tempo e o volume de trabalho avultado que necessariamente se tem de despende no levantamento de registros paroquiais em face da relativa facilidade oferecida pelas listas nominativas de habitantes têm levado os pesquisadores a privilegiarem o estudo destas últimas. Uma das consequências imediatas deste modo de operar está na supremacia dos estudos de caráter "estrutural" *vis-à-vis* os que revelam a dinâmica populacional; fator limitativo que atinge a qualidade e quantidade de informações obtidas com respeito ao passado de nossas populações e que, de resto, tem servido para reforçar os argumentos dos que perfilham a

opinião reportada no "primeiro questionamento". Outro fato que explicaria este desmesurado apego às listas nominativas é dado pela sua abundância para as áreas de São Paulo, Paraná e Minas Gerais e pela sua concentração em arquivos de fácil acesso. A riqueza quantitativa e qualitativa deste material tem atuado, também, no sentido de fazer com que os estudos de demografia histórica prendam-se ao período que compreende a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX. Disto tudo decorrem, como visto, três graves limitações: espacial, temporal e a que se prende à quantidade e qualidade das informações sobre as nossas populações pretéritas. Ademais, cingimo-nos a estudar áreas e/ou momentos de menor expressão econômica; assim, falta-nos um conhecimento mais apurado para o período da grande produção cafeeira no Rio de Janeiro e em São Paulo, bem como pouco foi feito com respeito às áreas nordestinas nas quais desenvolveu-se a economia açucareira. Com respeito a esta última, ademais, muito pouco esforço foi despendido visando a localizar as próprias listas de habitantes para a área; a existência de algumas delas está a indicar que deve havê-las em maior profusão, possivelmente estejam depositadas em arquivos de nível municipal, pois, a nosso ver elas não "chegaram a chegar" aos arquivos estaduais ou nacionais.

Os registros paroquiais, por seu turno, precisam voltar a receber a devida atenção. Note-se, a respeito, que os pioneiros da demografia histórica brasileira emprestaram a tal fonte documental o merecido apreço; mais recentemente, no entanto, ela parece ter sido "esquecida".

Por fim, é preciso atuar no sentido de promover, ao máximo, o cruzamento de fontes, bem como a crítica das fontes documentais das quais nos servimos. No concernente à primeira afirmação, creio, nada mais tem de ser dito, pois sua importância parece-me palmar; aliás, diga-se de passagem, vários trabalhos recentes têm empreendido tal cometimento, fato este dos mais salutares. Já quanto à crítica das fontes muito – ou quase tudo – resta por fazer. Na verdade, ainda não se criou este "hábito" entre nós; as listas nominativas, por exemplo, ainda não foram devidamente avaliadas, embora estejamos a utilizá-las intensamente. A meu juízo o tema merece uma dissertação de mestrado e uma tese de doutoramento. Com a dissertação, poder-se-ia efetuar a análise da consistência interna de alguns códices com o objetivo de se chegar ao estabelecimento de um procedimento paradigmático, o qual, certamente, seria total ou parcialmente adotado pelos que viessem a trabalhar com tais fontes. Da tese, por seu

lado, esperar-se-ia o cruzamento de diversas fontes de forma a complementarmos os achados da aludida dissertação. Destes trabalhos exclusivamente centrados na crítica de fontes resultariam, como avançado, dois produtos da maior importância: a avaliação, em termos gerais, das listas nominativas – a qual, por si mesma, servirá para fundamentar os trabalhos já efetuados e os que vierem a ser realizados com base em tais códices – e, de outra parte, a identificação dos procedimentos básicos que poderiam ser incorporados em pesquisas futuras.

### **2.3 Terceiro questionamento.**

Faltam perspectivas teóricas aos estudos de demografia histórica desenvolvidos no Brasil.

Trata-se de outra observação pertinente. O fato de não nos termos centrado nos fenômenos "puramente" demográficos e de ter ocorrido uma dispersão (a respeito desta "dispersão" veja-se o que afirmei quanto ao "primeiro questionamento") de temas correlacionados mais ou menos imediatamente com a história econômica e social e que não guardam uma proximidade imediata entre si levou-nos ao que se poderia apodar de pulverização de esforços, a qual operou no sentido de impedir uma visão unitária mais clara do todo. Disto teria decorrido aquela falta de perspectiva no sentido da teorização.

Ademais, poder-se-ia afirmar que a proliferação de trabalhos "repetitivos" exigiu um grande esforço de coleta e tratamento de dados ao qual não correspondeu um empenho equivalente no sentido de se estabelecerem modelos mais gerais de nosso desenvolvimento populacional. A falta desta visão mais integrada estaria a impedir, por sua vez, avanços teóricos mais expressivos. Embora tais conclusões sejam válidas é preciso reconhecer que a aludida "repetição" foi-nos muito útil porque – a par de criarmos as bases empíricas indispensáveis a generalizações futuras – alargamos, no espaço temporal e geográfico, nossos conhecimentos sobre várias das "economias" vigentes ao tempo da Colônia e do Império. Como afirmei acima, algumas áreas geográficas e momentos "estratégicos" do tempo ainda estão por ser estudados, assim, deve-se esperar que, no futuro, sejam efetuados muitos destes estudos aparentemente repetitivos. Não obstante, creio que já existe massa crítica bastante para embasar generalizações; além disto, é necessário ter claro que o simples somatório de um sem-número de trabalhos não será suficiente para chegarmos a um entendimento teórico superior das populações pretéritas. Em face destas ponderações, e pensando ainda na própria orientação que se poderá imprimir a estudos futuros, entendo ser inadiável a

tarefa de formularmos modelos teóricos aptos a explicarem de maneira compreensiva os conhecimentos fatuais já alcançados.

#### **2.4 Quarta questão.**

Para o Brasil, ainda não contamos com uma história regional solidamente fundada; este questionamento, obviamente, não se dirige especificamente à demografia histórica, mas, sim, a todos os que se debruçam sobre nosso passado. Não obstante, tal afirmativa, por encerrar uma verdade indiscutível, também deve ser ouvida pelos demógrafos historiadores aos quais cumpre, igualmente, a tarefa de reverter o atual panorama. Podemos e devemos contribuir para o estabelecimento de uma história regional de alto nível. Como aventado acima, a consideração das variáveis demográficas se distingue como uma ampla e segura porta para o conhecimento das múltiplas dimensões do passado. A meu juízo, passos expressivos já foram dados por alguns demógrafos historiadores no sentido da construção desta reivindicada história regional e muitas pesquisas ora em desenvolvimento perseguem justamente este desiderato. Estimulá-las e multiplicar seu número deve ser preocupação central, à qual é recomendável aliar-se o esforço de teorização aludido acima. Tenho consciência das dificuldades a enfrentar neste terreno. Escrever histórias regionais e teorizar sobre nossa formação populacional não são elementos que possam ser justapostos imediatamente. De outra parte, o desafio de encontrar as mediações pertinentes parece-me altamente estimulante.

Estas ponderações sobre a história regional remetem-nos a um outro campo a ser explorado, qual seja o do arrolamento dos contributos que nossos trabalhos têm trazido à historiografia. Vejamo-lo.

#### **2.5 Quinta questão.**

Contribuições da demografia histórica á historiografia brasileira.

Embora esta afirmativa não seja propriamente um questionamento, consignamo-la a fim de evitar que reste esquecida.

Como avançado, os trabalhos em nosso campo de especialização nos permitiram deslindar aspectos até então insuspeitos de nossa formação social, econômica, administrativa, religiosa e das mentalidades. Parece-nos muito relevante o levantamento destas contribuições que, sobrepassando os fenômenos demográficos, colocam-se no terreno mais largo de nossa historiografia. A importância de nos mantermos atentos a

este tema está não só no liame que assim estabeleceremos com a história, economia, sociologia, antropologia etc., mas, sobretudo, porque sempre estaremos abertos para novos problemas e novas abordagens que nossa atividade de pesquisa certamente continuará a proporcionar no futuro, elementos estes indispensáveis à atualização, renovação e desenvolvimento harmônico do campo de conhecimentos a que nos votamos.

Dispenso-me de efetuar, nas considerações finais deste tópico, a listagem dos argumentos, conclusões e "tarefas" que o salpicam. Nosso objetivo, como explicitado em sua abertura, é, tão só, levantar – sem pretensão de sermos exaustivos – algumas questões centrais com as quais, acredito, teremos de nos avir. O debate eventual a ser desencadeado por estas breves notas, este sim, terá de ser tomado em toda sua inteireza e meandros. Além disto não é indispensável que cheguemos a conclusões definitivas ou posições unânimes quanto ao passado e futuro da demografia histórica no Brasil. O diálogo, este sim, é essencial: nele e com ele todos teremos muito a aprender.

### **3. A DEMOGRAFIA HISTÓRICA NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS.**

#### **3.1 Observações preliminares.**

Seja qual for a perspectiva selecionada, o balanço do desenvolvimento da demografia histórica no Brasil mostrar-se-á, sempre, positivo, estimulante e altamente gratificante.

Do ponto de vista quantitativo, os trabalhos na área contam-se aos milhares. De outra parte, se privilegiarmos elementos de ordem qualitativa, contabilizaremos saldo igualmente favorável. Assim, observa-se que um longo rol de fontes primárias e secundárias já foi percorrido; ademais, tais fontes concernem a parte expressiva de nosso vasto espaço geográfico e abrangem apreciável lapso temporal. A crítica dessas fontes documentais, embora parcial e timidamente, já começamos a efetuar. Os temas enfrentados, conquanto ainda não se mostrem perfeitamente articulados entre si, cobrem vários campos da demografia formal e espraiam-se pelas mais distintas dimensões da história social, econômica, institucional, das mentalidades etc. Do ponto de vista metodológico foram incorporadas relevantes contribuições; destarte, pode-se afirmar que já contamos com importantes elementos de um instrumental básico adequado às peculiaridades que distinguem nossa evolução histórica e adaptado às características próprias da formação das populações brasileiras.

Quanto aos resultados alcançados devem ser ressaltados dois âmbitos, ambos igualmente relevantes. O primeiro refere-se, imediatamente, ao conhecimento demográfico propriamente dito; trata-se, aqui, de verificar que demos enormes passos no sentido de lançarmos luz sobre a estrutura e a dinâmica de ponderáveis contingentes populacionais de nosso passado, sobretudo no que tange ao período colonial; como anotado acima, é grande o número de núcleos estudados, é largo o espaço temporal abrangido e igualmente amplo o campo geográfico já coberto por nossas pesquisas. Com respeito a tais avanços o relevante, a nosso juízo, está em reconhecermos, e isto será explicitado no corpo deste tópico, as enormes e graves lacunas que ainda persistem; as quais, digamo-lo desde logo, prendem-se a todos aspectos que possamos aventar: espaciais, temporais, movimentos migratórios, fecundidade, mortalidade, natalidade, nupcialidade etc. etc.; enfim, todas as variáveis demográficas com as quais trabalhamos, assim como as que ainda não mereceram nossa atenção, seja por dificuldades impostas pelos próprios dados disponíveis, seja por deficiências decorrentes de nossa formação como demógrafos e/ou historiadores. Deixando a discussão de tais questões para o momento azado, cumpre, ainda no quadro destas observações preliminares, realçar o segundo dos dois âmbitos acima mencionados. Refere-se ele ao valioso contributo que nossos estudos têm propiciado à historiografia brasileira, entendida ela segundo os mais variados campos de conhecimento que a integram. Este aparente transbordamento com respeito aos estudos demográficos – caso estes últimos sejam entendidos em termos restritos – é tamanhamente importante e precioso que merece, a nosso ver, ser abordado de forma independente e específica; ainda com respeito a este último tópico permito-me observar que sua relevância parece-me tão grande que poderá vir a afetar a própria definição do que se deve entender, ao menos entre nós, como "demografia histórica"; tal definição, a nosso juízo, deve ser formulada de sorte a incorporar os elementos substantivos do aludido "transbordamento" ao âmbito específico e próprio da demografia histórica.

Mesmo no respeitante ao levantamento de nossas deficiências e ao estabelecimento de nossas limitações e carências já demos alguns modestos passos. Avanços menos expressivos podem ser assinalados quanto ao reconhecimento da história da demografia histórica brasileira e no referente a formulações teóricas que permitam uma visão global e integrada de nossa formação populacional. O mesmo poder-se-ia dizer quanto ao estabelecimento de normas que visem à padronização da

coleta de dados e que garantam, presentes as particularidades de cada linha de pesquisa, a apresentação uniforme de um núcleo básico de informações numéricas de sorte a torná-las facilmente confrontáveis.

As ponderações acima postas conduzem a algumas inferências imediatas. Em primeiro, pode-se afirmar que a demografia histórica marcha rapidamente para sua plena maturidade. Conclui-se, ainda, que, dada a amplitude da área e o expressivo número de pesquisadores a ela vinculados, a continuidade de seu amadurecimento ver-se-á grandemente facilitada se conseguirmos encaminhar um amplo, conseqüente e enriquecedor debate sobre nossos problemas comuns e do qual possa resultar, a par de um elenco de metas a serem perseguidas, o mapeamento dos rumos a seguir. Por fim, devemos conceder que se impõe ao observador do desenvolvimento da demografia histórica brasileira, necessariamente, o reconhecimento da existência, na área, de grandes lacunas e muitas carências; não obstante, para nós, engajados que estamos em tal processo, tais óbices definem-se, tão somente, como desafios a superar, como tarefas a cumprir. É justamente visando a contribuir para que o façamos de maneira coletiva, sistemática e metódica que passo à consideração de alguns dos referidos problemas.

### **3.2 Desafios a enfrentar.**

A fim de facilitar a exposição distribuí a matéria deste tópico em itens nos quais, sem qualquer precedência em termos de importância, arrolei, segundo numeração corrida, alguns pontos que me parecem muito relevantes.

1. Seria altamente recomendável o aprimoramento de nossa formação no campo da demografia formal, bem como, correlatamente, o desenvolvimento de pesquisas votadas, precipuamente, ao aprofundamento de nossos conhecimentos sobre as estruturas e a dinâmica de nossas populações pretéritas.

2. Evidentemente, para cumprir tal desiderato impõe-se a necessidade de efetuarmos estudos longitudinais e de trabalharmos com base no cruzamento de informações hauridas em fontes documentais de variada ordem. Sem tais requisitos, nossos futuros trabalhos marcar-se-ão, inquestionavelmente, pela repetição de esquemas teóricos e metodológicos já suficientemente explorados, pela estreiteza temática e pela pobreza no que tange a contribuições substantivas ao avanço dos estudos na área da história demográfica.

3. Igualmente relevante parece ser a ênfase que se deve emprestar aos registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos. Esta fonte basilar não tem recebido a atenção devida e os trabalhos nelas lastreados tenderam a rarear, afastando-nos, assim, dos temas centrais dos estudos demográficos entendidos em termos mais estritos.

4. O privilegiamento de estudos que "transbordam" os limites acima apontados, embora se tenha revelado da mais alta importância e nos tenha propiciado novos conhecimentos sobre nossa evolução socioeconômica, tendem, não obstante, a alargar o distanciamento com respeito à demografia formal. Ademais, e aqui estamos em face de uma deficiência das mais graves, afastamo-nos do estudo e consideração dos "velhos" manuais de demografia histórica e, em algumas oportunidades, evidenciamos indesculpável ignorância com respeito aos estudos pioneiros desenvolvidos entre nós. Estamos, pois, perante uma perda tripla: a da demografia formal, a dos manuais básicos e a dos nossos estudos clássicos. No que concerne a estes dois últimos pontos corremos o risco de nos depararmos com trabalhos que, simplesmente, "redescobrem", por vezes em nível metodológico inferior, achados e tratamentos já consagrados.

5. A tal alienação soma-se outra mais, igualmente perversa, qual seja a do ensimesmar-se de pesquisadores e de grupos de estudo (já se disse que o solipsismo é uma doença profissional de acadêmicos). Destarte, parece faltar-nos o conhecimento mais largo e atualizado do conjunto de nossa própria produção. Para superar tal isolamento é necessária, a meu ver, a intensificação do intercâmbio entre os vários núcleos e instituições votadas aos estudos demográficos bem como a ampla difusão de nossas publicações; a respeito deste último ponto permito-me uma breve digressão. Entendo ser altamente salutar o fato de havermos publicado num amplo espectro de periódicos e editoras. Isto nos permitiu ocupar espaços nos vários campos que nos são lindeiros e possibilitou o acesso dos demais cientistas sociais a nossos estudos e conclusões. Em face disto acredito ser absolutamente desnecessária e perniciosa a existência de um periódico específico para nossa área; esta postura reforça, pois, a ideia de promovermos, de maneira contínua, a troca de informações.

6. Outra tarefa que se nos impõe é a de contribuirmos ativamente para a construção de uma sólida história regional, a qual, como sabido, falta-nos e sem a qual os estudos demográficos restam empobrecidos. Assim, centrados nos elementos demográficos, visando a enquadrá-los no contexto histórico e buscando seus condicionantes, cumpre-nos colaborar, como avançado, na elaboração de uma história



regional cientificamente embasada. Esta preocupação, além de poder vir a representar expressivo contributo à historiografia, certamente operará no sentido de emprestar maior concretude a nossos achados, aproximando-nos, portanto, da realidade brasileira e dos elementos socioeconômicos dos quais a formação demográfica é, a um tempo, causa e efeito.

7. Outra dimensão de grande importância para o entendimento de nossa formação demográfica prende-se às questões vinculadas à propriedade e, sobretudo, ao uso da terra, tanto no passado como no presente. A gênese e o avolumar-se da assim chamada população redundante ou super-população relativa viram-se condicionados, a meu ver, pelas formas de acesso ao usufruto da terra no Brasil, o qual não apresentou o mesmo grau de exclusão observado com respeito à propriedade deste fator produtivo. Poder-se-ia mesmo aventar a hipótese de que a relativa facilidade de acesso ao seu uso define-se como determinante principal da aludida gênese. Entender as relações entre a propriedade e o usufruto da terra parece-me, pois, crucial para explicarmos a formação daqueles excedentes populacionais, os quais, hodiernamente, representam um dos maiores problemas sociais defrontados pela nação, pois, a assim considerada modernização do campo, acompanhada pela rápida ocupação de vastas áreas segundo moldes capitalistas estritos e pelo esgotamento da fronteira agrícola, acarretaram mudanças radicais nas formas de uso da terra, fato este que levou à marginalização da referida parcela redundante de nossa população. Do ponto de vista econômico – sobretudo quanto à geração e distribuição da renda, bem como no tocante à formação dos grandes agregados econômicos –, deve-se privilegiar o estudo das formas legais e/ou efetivas de propriedade da terra, enquanto, da perspectiva demográfica, cumpre considerar, precipuamente, o usufruto, integral ou condicionado, de tal fator. Trata-se, portanto, de integrar num todo orgânico as questões afetas à propriedade da terra, ao seu uso e à formação de nossas populações, tanto para o passado mais remoto como para períodos mais recentes.

8. Igualmente relevante parece-me ser a retomada do estudo -- agora lastreado em base empírica mais rica e, eventualmente, com visão teórica abrangente -- dos regimes demográficos que vigoraram no passado brasileiro. Penso aqui, especificamente, no esforço de elaboração a ser desenvolvido no sentido de integrarmos num corpo orgânico teoricamente estruturado os avanços empíricos já alcançados quanto à formação de nossas populações. Identificar os aludidos regimes, as

especificidades próprias de cada grande segmento populacional (livres, escravos e forros), as peculiaridades regionais e os condicionantes devidos às várias "economias" que se definiram no correr de nossa história é tarefa urgente na busca de generalizações que possam transcender o largo apego ao empírico que, necessariamente, distinguiu grande parte do desenvolvimento da demografia histórica entre nós. Ainda no âmbito desta preocupação com o estabelecimento de visões de mais largo alcance, parece-me muito importante a identificação dos pontos de inflexão que, certamente, marcaram nossa formação populacional.

9. Outro desafio que se nos impõe é o de reavivarmos a discussão em torno da padronização da coleta e apresentação de dados. Esta última, como sabido, além de tornar mais facilmente confrontáveis nossos achados, facilitará grandemente o intercâmbio de ideias, sugestões e críticas. Já o estabelecimento de sugestões para a coleta de dados e sua difusão sistemática não só atuará no sentido de evitar uma dispensável e deplorável duplicação de esforços mas, também, no de fomentar o alargamento quantitativo de nossa produção intelectual, possibilitando, ademais, seu aprofundamento qualitativo. Lembre-se, ainda, que o alargamento para espaços geográficos e/ou econômicos mais amplos deste ou daquele achado ver-se-á muito facilitado caso dispnhamos de arquivos de dados padronizados cujo acesso esteja aberto a todos.

10. A crítica das fontes primárias e sua qualificação ainda estão a exigir a atenção devida, pois, infelizmente, é forçoso reconhecer que tal "hábito" ainda não se fixou entre nós. Este injustificável descaso, a meu ver, representa deficiência comparável às carências quanto à nossa formação em demografia formal. No tocante às listas nominativas já foram dados importantes passos iniciais, aos quais, entendo, devem seguir-se dois trabalhos específicos: um voltado ao estudo de sua consistência interna, outro votado à análise da fidedignidade das informações nelas contidas. Enquanto o primeiro poderá prender-se a um conjunto de listas, o segundo, de mais largo fôlego, exigirá o necessário cruzamento de fontes. Não obstante, ambos têm a dimensão de dissertações de mestrado ou teses de doutorado; deles espera-se, ademais, o estabelecimento de um conjunto básico de procedimentos que poderia servir aos pesquisadores interessados em submeter suas fontes a um crivo rigoroso. Quanto aos demais *corpus* documentais de que temos nos servido, particularmente no concernente aos registros paroquiais, impõe-se a verificação de que pouquíssimo foi feito;

esperemos, pois, que o desejável reencontro com tais fontes venha acompanhado do necessário aguçamento crítico.

11. Nossa atenção também deve recair sobre as facilidades propiciadas pelos avanços da informática, sobretudo no tocante à coleta e tratamento de dados quantitativos. A este respeito passos significativos estão a ser dados, sobretudo por alguns poucos pesquisadores que privilegiam a análise estatística e o estabelecimento de programas específicos para nossa área.

12. No plano editorial – entendido em toda sua dimensão, vale dizer, tanto com respeito aos livros como no que tange às publicações periódicas de variado corte –, creio, nosso desempenho tem-se mostrado plenamente satisfatório. Por vezes, o próprio desconhecimento que revelamos com respeito a esta ou àquela publicação deve-se mais ao seu avultado número do que a uma eventual falta de interesse ou cuidado. Não obstante, permito-me, por dever de ofício, colocar algumas indagações. Vejamo-las. Seria útil podermos contar com bibliografias básicas sobre a demografia histórica e a demografia formal? Faltam-nos mais títulos estrangeiros traduzidos para o português? A existência de traduções para nossa língua de manuais e/ou textos de caráter metodológico – a exemplo das valiosas iniciativas de Maria Luíza Marcílio e de Altiva P. Balhana – mostra-se suficiente? Não nos cabe estimular a ABEP, que já publicou manual elaborado por Sergio O. Nadalin, a que dê continuidade a tal linha editorial? Não seria recomendável podermos dispor de espaço permanente nos periódicos sobre os quais temos alguma ascendência? A proliferação, entre eles, de números temáticos e/ou especiais votados à demografia histórica não estaria na dependência de um maior empenho de nossa parte? É possível – mediante a reprodução e distribuição em mais larga escala de separatas – agilizar ainda mais a divulgação de nossos achados? Temos estimulado nossos colegas e alunos a publicarem os resultados de seus estudos em periódicos nacionais e estrangeiros? Não seria aconselhável instarmos nossos centros a que nos forneçam cópias, a serem depositadas nas principais bibliotecas da área, das dissertações, teses e relatórios de pesquisa ainda não publicados? Por último, e marginalmente: temos feito da crítica acadêmica um ativo e permanente instrumento de aprimoramento mútuo? A criação em larga escala de sites individuais na Internet não cobriria grande parte dos elementos de difusão apontados acima?

13. No fecho deste item votado a questões gerais não poderia faltar uma menção ao expressivo papel que cabe à coordenação do grupo de trabalho da ABEP dedicado a

nosso campo de especialização na condução do debate em torno de nossos problemas comuns e na implementação de eventuais tarefas que viermos a assumir. A meu ver, tal coordenação pode colocar-se como verdadeira confederação dos vários grupos de pesquisadores de nossa área, atuando, pois, como fórum permanente, vale dizer, como elemento de convergência de esforços e de coordenação de atividades. Garantiríamos, assim, não só a ligação com a diretoria da ABEP e o espaço que nos é dedicado em nossos Encontros Nacionais, mas, também, um elo entre todos os pesquisadores da área.

### **3.3 Lacunas a preencher.**

Por entender que a expressão "lacunas" aplica-se mais propriamente às questões afetas ao espaço temporal e/ou físico – com respeito às questões temáticas o termo correto seria "carências" –, prender-me-ei, neste tópico, aos lapsos temporais e às áreas geográficas (compreendidas aqui as correlatas "economias" nelas observadas) para os quais existe relativa rarefação de estudos demográficos.

14. Quanto à dimensão temporal não parece exagerado afirmar que se definem duas grandes lacunas: a primeira estende-se da ocupação do território brasileiro pelo elemento lusitano ao meado do século XVIII e a segunda abre-se por volta de 1850 e se alarga até a terceira década do século corrente. Sempre lembrando que estou a falar genericamente, nossos trabalhos concentram-se, pois, grosso modo, na centúria delimitada pelos marcos 1750 e 1850. A meu juízo, estudos sobre aqueles dois períodos são igualmente desejáveis. No primeiro colocam-se as bases do que poderíamos chamar de era colonial de nossa formação populacional, a qual definir-se-á plenamente no lapso 1720-1850 e ver-se-á esgotada, no início do segundo marco apontado, com o fechamento do tráfico negreiro, introdução em mais larga escala dos imigrantes e alargamento das relações mais especificamente capitalistas, tanto no âmbito das relações socioeconômicas como no da ação do Estado, eventos estes que se viram acompanhados pelos processos concernentes à urbanização e que marcam os pródromos dos elementos de caráter social, econômico, cultural e demográfico que informaram, já no século XX, a transição demográfica praticamente já concluída na abertura da segunda década do século XXI. No aludido marco (1850), enraíza-se, pois, o que se poderia entender como a era especificamente capitalista de nossa formação econômica; significa ele, portanto, um dos mais expressivos dos referidos pontos de inflexão de nossa história demográfica. O conhecimento pleno destes dois períodos impõe-se,

portanto, como necessário às formulações teóricas que pretendemos ver estabelecidas quanto à nossa formação populacional.

15. No que tange ao espaço geográfico, muitas lacunas poderiam ser lembradas; prender-me-ei aqui, tão somente, às que considero devam ser enfrentadas com maior urgência, pois definem-se como cruciais para o alargamento de nossos conhecimentos históricos e demográficos. Destarte, seria de grande proveito estimularmos pesquisas sobre o nordeste açucareiro para os séculos XVII e XVIII, para a região fluminense no período do açúcar e no do café e para a área paulista em que predominou, já avançado o século XIX, a grande *plantation* cafeeira. Estas, a meu ver, as áreas para as quais a falta de estudos representa lacuna mais sensível. Evidentemente, não podem ser esquecidas a região centro-oeste, a área interiorana de São Paulo, a região mineira na qual predominou a agricultura de subsistência e a área sertaneja do nordeste. Não obstante, como avançado, o estabelecimento dos processos demoeconômicos verificados naquelas três primeiras áreas representará, de imediato, imenso avanço no conhecimento de nosso passado populacional, possibilitando-nos, ademais, a qualificação e a demarcação precisa dos limites dos achados já incorporados à historiografia pelos demógrafos historiadores que nos debruçamos sobre a formação das populações brasileiras.

16. Além de chamarmos a atenção para tais lacunas, cumpre-nos, ainda, a tarefa de operarmos imediatamente no sentido da localização e divulgação das fontes primárias que possam servir aos estudos aqui aventados.

### **3.4 Temas pontuais.**

Além dos temas a serem inferidos das considerações acima postas, existem outros mais, de caráter específico, com respeito aos quais gostaria de tecer algumas breves considerações.

17. Alguns deles prendem-se a extensões possíveis de terreno já reconhecido pela demografia histórica; a tal respeito lembro, por exemplo, a necessidade de estudarmos, de uma perspectiva diferencial, a demografia dos pequenos, médios e grandes plantéis de escravos, pois, como sabido, as variáveis demográficas apresentaram comportamento distinto em função do tamanho dos grupos de escravos pertencentes a um mesmo proprietário. Nesta mesma linha coloca-se a questão da família escrava e de seu impacto sobre as variáveis demográficas. Problema correlato está na eventual mudança de estratégia na composição de seus plantéis por parte dos

escravistas em face do término do tráfico. Preso a este último evento, aliás previsto pelos coevos, coloca-se a questão da larga entrada de escravos africanos no correr do período 1820-1850 e do conseqüente impacto sobre as variáveis demográficas. Sempre no âmbito da massa escrava, cumpre notar que ainda sabemos pouco sobre as relações entre a *plantation* de café e a do açúcar e o comportamento das variáveis demográficas afetas ao aludido segmento populacional.

18. Igualmente instigante mostra-se a ação dissolvente exercida pelo desenvolvimento do capitalismo, e o correlato processo de urbanização, sobre velhas formas de sociabilidade e de atuação comunitária. Assim, ao que parece, o papel desempenhado pelas mulheres no plano econômico viu-se restringido a partir do meado do século passado e só passou a ganhar maior expressão a contar dos anos cinquenta do século passado. Teria ocorrido o mesmo com respeito ao confinamento das mulheres no âmbito da "família burguesa" que só passaria a definir-se claramente no Brasil a partir daquele marco cronológico inferior. Em plano similar colocam-se instituições como a dos "agregados", a dos "enjeitados" e as Santas Casas de Misericórdia, formas de sociabilidade e/ou de ação comunitária próprias da sociedade civil que foram deslocadas total ou parcialmente pelo aludido desenvolvimento de corte capitalista mas que não se viram inteiramente assimiladas pelo Estado.

19. De sua parte, a grande mobilidade espacial das nossas populações pretéritas representa um desafio ainda não enfrentado a contento pela demografia histórica brasileira. Recorrentemente somos instados por nossos colegas demógrafos a que deslindemos os aludidos movimentos migratórios, sobretudo aqueles mais miúdos, tão claramente patenteados nas listas nominativas. Esta extremada perambulação, que parece mais intensa para os estratos menos aquinhoados daquelas populações, vinculava-se, certamente, à concentração da riqueza e da renda, às eventuais oportunidades econômicas que se abriam nesta ou naquela área, bem como às formas de acesso à terra. Recompôr o quadro demográfico e econômico em que se movimentavam aquelas pessoas e rastreá-las na massa documental disponível define-se, sem dúvida, como tarefa ingente, mas que, com certeza, aproximar-nos-á, ainda mais, da expressiva parcela de nossa população que não se vinculava imediatamente às grandes economias de exportação que marcaram nosso passado.

20. Tema igualmente apaixonante nos foi deixado por Peter Eisenberg, que pretendia estudar os proprietários de apenas um escravo, este verdadeiro marginal da

elite escravista. Eram muitos, sabemos-lo. O que faziam, como viviam, qual seu comportamento demográfico, quais vicissitudes os jogavam na massa obscura dos despossuídos, quais vivências poderiam levá-los à acumulação e ao eventual enriquecimento? Isto tudo está por ser desvendado.

21. Referentemente ao estudo do período que se abre por volta do meado do século passado, embora já possamos vários resultados expressivos, é preciso reconhecer que ainda há muitíssimo por fazer. O aprofundamento das relações capitalistas, a chegada de numerosos contingentes de imigrantes oriundos de varias nações europeias e o conseqüente processo de urbanização marcam um decisivo ponto de inflexão em nossa formação demográfica e econômica. A tarefa de identificação das mudanças observadas nas variáveis demográficas e de enquadrá-las em um todo harmônico representa o maior desafio a ser enfrentado pelos demógrafos historiadores nos próximos lustros. Vários temas já despontam como capitais, a eles como uns poucos, com respeito aos quais nutro uma grande curiosidade. Em que medida a própria configuração do espaço urbano viu-se condicionada pelas formas de acesso à propriedade e ao uso da terra agricultável? Em que medida as formas como se deram a abolição e a entrada em larga escala de imigrantes europeus condicionaram a marginalização das populações preexistentes? Quais os efeitos sobre a morbidade e a mortalidade em face do adensamento populacional nas cidades e da rápida introdução de novos contingentes de imigrantes? A qualidade de vida e a saúde pública foram afetadas negativamente pelas transformações demográficas decorrentes do processo de urbanização? Do ponto de vista econômico e das variáveis demográficas, como se tem processado a assimilação, nos quadros de relações capitalistas de feitió moderno, dos efetivos populacionais constituídos sob o império da exploração calcada no capital escravista-mercantil?

### **3.5 A necessária formação de novos pesquisadores.**

22. As várias crises que se abatem sobre o Brasil também têm exercido influências sobre nossas atividades e o ritmo de seu desenvolvimento. Além da perda de vibração, das dificuldades impostas aos periódicos e às associações e instituições sob as quais nos albergamos e do decréscimo, em alguns Estados, no número de estudantes interessados em desenvolver trabalhos no campo da história demográfica, observa-se, por parte dos que se habilitam a cursar a pós-graduação, excessiva preocupação em saltar etapas no processo da formação acadêmica, dirigindo-se, muitos deles,

diretamente ao doutorado. Além do acima posto, muitos dos pesquisadores maduros viram-se cooptados pela burocracia acadêmica, a qual, por via de regra, mostra-se absolutamente estéril.

23. Nossos cuidados devem ter início no nível da graduação. Publicações especificamente desenhadas para tal público poderão representar frutífero elo entre alunos iniciantes e os resultados já alcançados no campo da demografia histórica. Não pensamos aqui em manuais mais ou menos sofisticados, mais ou menos adaptados à nossa realidade, mas, sim, num conjunto de textos de divulgação que, além de exporem sucintamente os escopos e métodos próprios da história demográfica, estabeleçam, sempre no plano introdutório, o liame entre nossos achados e outras regiões da ciência social tais como a história social, a das mentalidades e das instituições, a história econômica, assim como entre os aludidos achados e o próprio comportamento demográfico do Brasil nos dias correntes. Em tal coletânea deveriam estar presentes, ainda, as perspectivas temáticas que se abrem aos estudos no campo por nós abraçado.

24. Quanto à pós-graduação, talvez pudéssemos nos empenhar no sentido da elaboração de projetos que previssem, num *continuum*, o desenvolvimento de dissertações de mestrado e de teses de doutorado e de livre-docência. Outras ações positivas consubstanciam-se no estímulo à publicação de resultados parciais das pesquisas em andamento, no alargamento das oportunidades de intercâmbio de experiências proporcionado por seminários e congressos.

25. No âmbito do pós-doutorado, cumpre-nos influir no sentido de propiciar oportunidades para o aprimoramento dos novos quadros no terreno da demografia formal, da utilização da informática e no da crítica e análise de fontes primárias.

### **3.6 Medidas a serem efetivadas com presteza.**

Acredito haver evidenciado a necessidade de, no plano individual e no coletivo, agirmos de sorte a contribuirmos para o avanço da demografia histórica entre nós. Tentei conter-me, dentro do possível, quanto ao estabelecimento de metas e/ou tarefas, pois entendo que o escopo fundamental destas observações deve ser o de levantar questões para o debate e não o de propor um rol de medidas a implementar. Não obstante, e visando justamente ao alargamento do pretendido debate, abalanço-me a indicar umas poucas medidas que poderiam ser adotadas sem grandes desgastes e imediatamente. Vejamo-las.



26. Entendo que deveríamos fazer presente à diretoria da ABEP a urgente necessidade da realização de um seminário sobre fontes primárias no nordeste, eventualmente em Recife, com a ampla participação de pesquisadores da região.

27. Entendo ser recomendável que a coordenação de nosso grupo de trabalho da ABEP avalie a oportunidade de se implementar curso na área de demografia formal destinado aos pesquisadores e alunos de pós-graduação dos distintos centros nos quais são desenvolvidos trabalhos no campo da demografia histórica.

28. Outra incumbência de nossa coordenação seria a de discutir a possibilidade de promovermos encontros regionais de pesquisadores votados à história demográfica. Nas áreas em que existe carência de estudos, tais eventos poderiam ocupar-se, basicamente, dos problemas afetos às fontes documentais – a exemplo do seminário proposto acima –; já nas que contam com maior adensamento de estudos e pesquisadores, poder-se-iam promover, visando a posterior divulgação, balanços circunstanciados da produção já efetuada e das vias abertas a novas pesquisas. De tais encontros poderiam resultar, ainda, publicações – de caráter temático ou regional – nas quais enfeixar-se-ia grande número dos achados já alcançados.

### **3.7. Tarefas imediatas que se impõem aos demógrafos historiadores brasileiros.**

29. Localização de documentos de caráter censitário, como são os levantamentos populacionais existentes, por exemplo, em São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Bahia. Muitos desses documentos não "chegaram a chegar" aos Arquivo Estaduais, encontram-se em arquivos municipais, inclusive nos das Câmaras Municipais e em Arquivos Judiciais. Alguns podem estar, até mesmo, em mãos de particulares.

30. Preservação e reprodução digitalizada dos documentos com o aludido caráter que se encontram depositados em Arquivos Estaduais e Municipais.

31. Especial atenção deve ser dada às regiões nas quais as condições climáticas são adversas com respeito à conservação documental, fato este que impõe sua rápida localização e apurada preservação.

32. Por fim, devemos desenvolver esforços no sentido de estimular as pesquisas demográficas tanto no Nordeste como no Centro-Oeste; evidentemente, dada sua relevância socioeconômica, o Nordeste deve ser privilegiado neste esforço conjunto.

33. Para cumprir parcela substantiva de tal programa é crucial a união de esforços de demógrafos historiadores com nossos colegas arquivistas e arquivologistas. Assim, devemos nos apoiar, inicialmente, nos colegas com experiência altamente positiva na direção de Arquivos Públicos Estaduais (como Carlos Bacellar e Renato Pinto Venancio), bem como na ARQ-SP - Associação de Arquivista de São Paulo (Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto) e na AAB - Associação dos Arquivistas Brasileiros. Tais contatos poderão ser feitos sob a égide da ABEP e da ANPUH. Colegas com conhecimento de arquivos de outros Estados ou Judiciais certamente estarão dispostos a contribuir para a consecução de alguns dos objetivos explicitados nesta sugestão.

#### **4. DEMOGRAFIA HISTÓRICA: OBSERVAÇÕES GENÉRICAS.**

##### **4.1 Uma definição possível de demografia histórica.**

Ao propormos uma definição para a demografia histórica visamos, tão somente, a contribuir para o debate sobre o tema, estimulando, desta forma, a reflexão sobre o caráter que este ramo do conhecimento assumiu entre nós. Ademais, justamente por esperarmos que nossa proposição desperte críticas e suscite polêmicas, não nos deteremos em explicá-la ou justificá-la; vejamo-la.

A demografia histórica, que tem como objeto precípua de estudo as populações humanas do período pré-censitário (o qual engloba os períodos pré-estatístico e protoestatístico), é o campo da Ciência Social que, estabelecendo, *in totum* ou parcialmente, o estado e os movimentos daquelas populações, procura identificar as causas e consequências de tais fenômenos, bem como explicitar as inter-relações, destes, com outros elementos da vida em sociedade. Para tanto, lança mão, também, das técnicas e dos conhecimentos das demais ciências e desenvolve técnicas e modelos próprios, utilizando, além dos dados tradicionalmente considerados pela demografia, todas e quaisquer fontes que possam servir ao seu escopo. Presentes estas fontes e aquelas técnicas e modelos, a demografia histórica estende-se ao período censitário. Cumpre observar, ademais, que os resultados propiciados pela demografia histórica não se limitam ao campo estrito dos fenômenos tidos como puramente demográficos, pois também dizem respeito aos demais campos da Ciência Social.

##### **4.2 Considerações sobre o conceito "demografia histórica".**

Neste tópico, que não tem caráter exaustivo nem se pretende original, teço algumas considerações sobre o conteúdo da expressão "demografia histórica" a partir das características concretas que ela assumiu entre nós brasileiros e latino-americanos em geral.

Postulo, desde logo, que os dois termos dessa expressão – "demografia" e "histórica" – condicionam-se reciprocamente de sorte a exprimirem um todo orgânico, uno, que representa uma área delimitada do conhecimento da vida social. Atenhamo-nos, pois, ao relacionamento entre esses dois elementos ressonantes.

São duas as dimensões do "histórico" que qualificam o "demográfico". Assim, para estabelecermos o conhecimento do comportamento pretérito das variáveis demográficas é preciso, obviamente, determinar os valores que elas assumiram no passado. Ora, para fazê-lo nos vemos em face da necessidade de trabalharmos com técnicas especialmente desenhadas para levantar informações concernentes ao período pré-estatístico, vale dizer, temos de nos servir de fontes primárias não convencionais – quando pensadas em termos dos modernos levantamentos censitários – mediante as quais, indiretamente e depois de submetê-las a tratamento adequado, chega-se à determinação dos valores indispensáveis aos estudos demográficos. Como sabido, além das práticas que utilizamos como pesquisadores em nosso dia a dia, o método de reconstituição de famílias é exemplo palmar de técnica especificamente elaborada para o tratamento de fontes aparentemente limitadas. Impõe-se, ademais, já no terreno da demografia formal, o desenvolvimento ou o aproveitamento de técnicas e modelos estatísticos aptos a extrair informações estatisticamente significativas de material incompleto e/ou precário quando visto sob a ótica das técnicas estatísticas convencionalmente empregadas pelos demógrafos. Exemplos destes últimos procedimentos são dados no Manual X da ONU (Indirect techniques for demographic estimation) e, em escala modestíssima, pelos cálculos para datação de listas nominativas formulados por mim e por Nelson Nozoe. Uma segunda qualificação devida ao "histórico" está no fato de que não nos basta, aos demógrafos historiadores, o conhecimento do comportamento demográfico das populações pretéritas, pois, após estabelecê-lo, perguntamo-nos imediatamente: quais os condicionantes de tal comportamento, quais são suas causas e conseqüências? Ao procurarmos resposta para tal questionamento encontramos-nos, sabemo-lo à farta, no campo próprio do historiador; vemo-nos, assim, obrigados a buscar na história – bem como em outros departamentos

da Ciência Social – os fatores capazes de explicar, além das determinações puramente biológicas, os resultados revelados pela análise quantitativa das evidências empíricas.

De outra parte, a "demografia" impõe-se à "história"; neste caso, como no anterior, é possível distinguir imediatamente duas dimensões do "demográfico" que sujeitam o "histórico", vejamo-las. Um primeiro condicionante é dado pelo fato de que nosso interesse precípuo está em determinar o estado e a dinâmica de nossas populações pretéritas, ou seja, votamos nossos esforços, primariamente, para o conhecimento do comportamento demográfico dos grupos e/ou segmentos sociais que conformaram nossa população. Tais elementos, puramente demográficos, aparecem, pois, na raiz de nossas preocupações e iluminam nosso campo de estudo. Destarte, não perguntamos, genericamente, pelo passado, interessa-nos, sim, um específico passado: o passado de nossa população, seu comportamento demográfico, sua formação no correr do tempo. Um segundo condicionante concerne à própria perspectiva segundo a qual miramos tal passado; ao fazê-lo, privilegiamos o comportamento demográfico por entendermos que ele exprime as vicissitudes de ordem econômica, política e social defrontadas pelas populações pretéritas. Ou seja, segundo pensamos, os fatos demográficos trazem impressos em si mesmos, além das resultantes de sua própria especificidade enquanto fenômeno biológico, os sucessos vivenciados pela comunidade humana da qual são expressão; permitimo-nos assim, em larga medida e repudiando todas as formas de automatismo absoluto e determinismos mecânicos, ver e entender a história de dada sociedade à luz do comportamento demográfico que ela revela no passar do tempo.

Como avançado, o conceito "demografia histórica" traz em si elementos que se condicionam mutuamente e que se definem como partes inter-relacionadas e solidárias de uma mesma totalidade. Fica visto, ademais, que a demografia histórica, por privilegiar determinados elementos, não esgota, enquanto ramo do conhecimento, a vida social, embora abarque uma larga fatia dela.

Dentre as perguntas suscitadas pelas afirmações acima postas ressaltam três, vejamo-las.

Todos os trabalhos de demografia histórica apresentam todos os predicados discriminados no corpo deste artigo? A resposta a tal questionamento é não; os trabalhos efetuados em nosso campo de especialização não têm de, necessariamente, cobrir toda a gama de problemas abarcados pela demografia histórica, podendo, no limite, restringir-se a apenas um aspecto histórico-demográfico, o estudo da

nupcialidade em tal ou qual paróquia, por exemplo. O que importa, a meu juízo, é que o conjunto dos trabalhos desenvolvidos em nossa área cobre exaustivamente o terreno acima identificado.

Os demógrafos historiadores têm de ter consciência dos elementos aqui tratados? Evidentemente a resposta a tal pergunta é não; não só não é necessário que os pesquisadores tenham consciência absoluta das questões, processos e mesmo dos procedimentos e técnicas próprios de sua área, como, em alguns casos, pode ocorrer o fato de um estudioso desenvolver, inconscientemente, trabalhos muito relevantes para um dado ramo do conhecimento, a demografia histórica no nosso caso. Acolher no seio de nossos grupos de pesquisa e de debates o maior número possível dos que, direta ou indiretamente, conscientemente ou não, contribuem para o avanço da demografia histórica revelar-se-á, a meu juízo, muito proveitoso para todos nós.

Ademais, permanecerão áreas cinzentas em nosso campo de especialização? Sim, por mais refinada que seja a delimitação de nossa área de interesse, por mais sofisticada que seja a formação dos cientistas votados ao estudo da vida em sociedade sempre existirão zonas lindeiras "acinzentadas", fronteiras móveis, indefinidas, e, felizmente, espíritos irrequietos que não se amoldam docilmente a esquemas preestabelecidos.

#### **4.3 Demografia Histórica: capítulo da demografia e dimensão da história.**

No item anterior, teçi alguns comentários sobre o conteúdo da expressão demografia histórica a partir das características concretas que ela assumiu entre nós. Interessava-me, naquela oportunidade, explicitar como os dois termos da expressão – demografia e histórica – condicionam-se reciprocamente de sorte a exprimirem um todo orgânico, uno, que, evidentemente sem esgotar a realidade social, representa uma área bem delimitada do conhecimento da vida social. Ative-me, pois, ali, à discussão do relacionamento entre esses dois elementos ressonantes. Volto-me, agora, para outro aspecto da assim chamada demografia histórica, como querem alguns, ou história demográfica, como desejam outros – interessa-me a "filiação" deste ramo do conhecimento. É ele um apêndice da História? Representa uma projeção da Demografia sobre o passado? Ou se trata de um campo mais ou menos híbrido decorrente da reunião, conjugação ou "encontro" da Demografia com a História? Enfim, como enquadrá-lo no conjunto do saber científico? Vejamos, pois, minha opinião.

Em termos estritos (*stricto sensu*), a demografia define-se como o campo do conhecimento que, baseado em dados fornecidos por registros e recenseamentos e com aplicação de métodos e técnicas estatísticas, corresponde ao estudo quantitativo de populações humanas com vistas a identificar o estado (estrutura) e o movimento (dinâmica) de tais populações. Por outro lado, na medida em que se investigam as causas e consequências do estado e do movimento das populações introduz-se o elemento qualitativo, o qual complementa o estudo quantitativo com base na incorporação de conhecimentos hauridos nas demais ciências sociais. Esta dimensão qualitativa distingue a concepção mais larga (*lato sensu*) da demografia, a qual, pois, além do aludido núcleo quantitativo, apresenta um corpo "qualitativo" no qual estão presentes conhecimentos propiciados pelos demais campos da Ciência Social.

A demografia histórica, por seu turno, também traz implícitas estas duas dimensões. Em termos restritos implica o estudo quantitativo das populações do passado para as quais não dispomos de recenseamentos concebidos segundo as modernas técnicas de levantamento populacional. Os dados colhidos no passado ou gerados por técnicas hodiernas que se oferecem aos demógrafos historiadores referem-se, pois, aos períodos pré e proto-estatísticos. É a esta condição que se refere a qualificação "histórica" do termo "demografia histórica", não prendendo-se, portanto, tal qualificativo, a um "encontro" entre Demografia e História.

Segundo sua aceção mais ampla a demografia histórica compreende, também, a busca das causas e consequências da estrutura e da dinâmica das aludidas populações pretéritas. Ainda neste caso não estamos a pensar numa pretensa conjugação entre Demografia e História, pois se trata, efetivamente, da complementação do estudo quantitativo das populações do passado com base em conhecimentos fornecidos por todas as ciências sociais que se debruçam sobre o passado, dentre as quais, evidentemente, a História distingue-se com relevância capital.

A demografia histórica integra-se, pois, imediatamente, à Demografia representando um enriquecimento desta última na medida em que, do ponto de vista quantitativo, estende o conhecimento demográfico para os períodos pré e proto-censitários e na medida em que, do ponto de vista qualitativo, incorpora novos subsídios para o entendimento dos processos vivenciados pelas populações de períodos mais recentes.

Já com respeito à história e às demais ciências sociais, a demografia histórica vê-se mediatizada pela prioridade que empresta ao elemento populacional ou, em termos mais lassos: pela consideração preeminente que concede a uma ou mais variáveis populacionais. É-nos permitido concluir, portanto, que a demografia histórica é, a um tempo, parte integrante e orgânica da Demografia e uma das dimensões da História.

#### **4.4 Demografia Histórica ou História Demográfica: um falso dilema.**

No tópico acima, opinei sobre a questão da "filiação" da demografia histórica, vale dizer, procurei responder à seguinte indagação: a que ciência(s) poder-se-ia vincular o campo de conhecimento compreendido pela "demografia histórica", como apraz a alguns, ou "história demográfica", como preferem outros? A argumentação ali expendida levou-me a concluir que a demografia histórica (ou história demográfica) é, concomitantemente, parte integrante e orgânica da Demografia e uma das dimensões da História. Tal conclusão leva-me, agora, a discorrer sobre as duas denominações que têm servido, no Brasil, para denotar o aludido campo e que vão indicadas acima: "demografia histórica" e "história demográfica".

Como sabemos, a denominação original, clássica e internacionalmente adotada para nossa área de conhecimento é a que lhe emprestaram seus fundadores: demografia histórica. Não obstante seu emprego corrente por todos os pesquisadores brasileiros, alguns deles sentiram-se incomodados com a preeminência que tal nome dá ao aspecto demográfico. Isto porque, no Brasil, verificam-se dois fatos dignos de nota. Consideremo-los, inda que em termos taquigráficos.

Lembre-se, em primeiro, que os estudos realizados em nossa área, até mesmo como decorrência da impossibilidade de empregarmos imediata e plenamente o método da reconstituição de famílias, marcaram-se desde seu nascedouro por apresentarem "muito de história" e "pouco de demografia"; referência esta devida à verificação de que nossos estudos, assim como a própria formação de nossos pesquisadores, ainda são relativamente pobres no que tange aos conhecimentos e técnicas propiciados pela demografia formal. Observe-se, em segundo, e caminhando na mesma direção do primeiro aspecto aventado acima, que ocorreu entre nós o assim chamado "transbordamento" temático, vale dizer, nossos trabalhos projetaram-se nos mais variados campos e problemáticas enfrentados pela História, indo muito além, portanto, do que se poderia esperar de estudos "estritamente" demográficos. Evidentemente, tal transbordamento – dos mais auspiciosos e estimulantes, diga-se desde logo – deveu-se,

em larga medida, ao fato de ainda não contarmos com uma historiografia rica e diversificada como a dos Europeus; assim, contrariamente ao que se verifica aqui, contam eles com várias "versões" de sua história e os campos e temas pesquisados cobrem os mais distintos aspectos da vivência de seus povos no campo social, político, econômico etc. etc.

Destarte, como avançado, alguns demógrafos historiadores brasileiros procuraram uma denominação alternativa à clássica para designar mais fidedignamente o que se fez e se faz entre nós na área de estudos que abraçamos. A nova designação deveria mostrar-se, portanto, menos "impregnada" pela "demografia" e mais "embebida" de história de sorte a alcançar a pretendida fidedignidade. Escolhemos, pois, a denominação "história demográfica". Com tal designação pretendeu-se emprestar ao conceito uma acepção mais larga de sorte que ele também abarcasse o que poderíamos chamar de "estudos de população", "estudos populacionais" ou "estudos sobre a população", estudos estes que estariam menos comprometidos com a "demografia formal" e seus métodos. Alguns de nós chegamos mesmo a dizer: "Nossos estudos são mais de história demográfica do que de demografia histórica". Sinceramente, e na condição de um dos que adotaram tal terminologia, acho que tal escolha revela-se, a rigor, absolutamente inócua. E isto por duas razões, vejamo-las.

De um lado, como avançado, o campo coberto pela demografia é dos mais amplos e engloba, também, a própria demografia histórica a qual, por seu turno, não se limita à aplicação de um conjunto de técnicas matemáticas a dados concernentes ao passado, mas – como de resto a própria demografia *tout court* – lança indagações sobre as causas e consequências dos comportamentos estritamente demográficos por nós identificados. Assim, não há qualquer limitação que se possa impor ao uso da designação Demografia Histórica para exprimir em sua inteireza as pesquisas que desenvolvemos.

De outra parte, a denominação História Demográfica exprime a ideia de uma "história" que se quer "demográfica" estando, portanto, tão "comprometida" com a demografia, e a demografia formal em particular, como sua irmã gêmea "demografia histórica" com a qual, de fato, sinonimiza.

A meu ver, portanto, podemos identificar o campo de conhecimento em tela indiferentemente como Demografia Histórica ou como História Demográfica, pois tais denominações expressam as duas faces de um mesmo objeto. Assim, se o chamarmos



Demografia Histórica estaremos a realçar o fato de ele definir-se como parte integrante da Demografia; por outro lado, se o denominarmos História Demográfica estaremos emprestando ênfase a sua outra face, qual seja a de ser uma das dimensões da História.

#### **4.5 História Demográfica: uma visão sucinta de sua evolução.**

A análise demográfica e os estudos populacionais foram amplamente impulsionados depois da segunda grande guerra mundial; este desenvolvimento relativamente recente deve-se a vários fatores.

Em primeiro lugar, ao avanço e universalização das técnicas e métodos de medida; primeiro no que diz respeito ao instrumental teórico – desenvolvimento da demografia pura ou formal – e, também, com o aperfeiçoamento tecnológico ligado à computação.

A tais elementos devemos somar o crescente interesse dos cientistas sociais pela construção de modelos explicativos matemáticos inspirados nos das ciências físicas.

Há ainda a considerar os problemas advindos da emergência do terceiro mundo; característica dos países subdesenvolvidos, a explosão demográfica, levou os estudos populacionais para o centro das preocupações dos estudiosos do crescimento econômico. Igual relevância foi dada ao processo de "envelhecimento" das populações dos países mais desenvolvidos. Paradoxalmente, defrontam-se estes últimos com situação oposta àquela dos países subdesenvolvidos. Em artigo recente, publicado na revista francesa *Le Point*, podemos ler: "... a realidade é que estão nascendo cada vez menos crianças... e não se trata de uma atitude isolada, mas de um comportamento global que se verifica tanto em Los Angeles quanto em Vladivostock; de um lado, a população mundial cresce sem parar. Mas, ao mesmo tempo, a participação dos países desenvolvidos decresce gradualmente: 28,6% em 1912, 23% em 1940, 19,4% em 1950, 15,7% em 1960 e apenas 12% em 1973. A França tem hoje mais de 52 milhões de habitantes mas se nada puder ser mudado, os especialistas calculam que não totalizará mais de 45 milhões daqui a 50 anos e cerca de 17 milhões dentro de 125 anos. E o mesmo vai acontecer em outros países europeus, na Austrália, nos EUA e no Canadá."<sup>2</sup>

Por fim, não se pode esquecer a ação governamental, cada vez mais ampla, no sentido de planejar o crescimento econômico e orientar a atividade produtiva de forma a evitar as tensões sociais decorrentes do desemprego e das crises de super-produção. A

---

<sup>2</sup> Jornal *O Estado de São Paulo*, 15 de Julho de 1975.

política econômica supõe prévia avaliação do material humano destinado a implementá-la; política de investimento supõe política de mão de obra e, esta última, conhecimento da população e política populacional. A política social deve necessariamente adaptar-se à estrutura populacional e à evolução prevista desta estrutura.

Destarte, o desenvolvimento de novas técnicas e métodos de análise para o tratamento dos dados e resultados aparece como resposta aos problemas cruciais colocados pela história recente da humanidade. Neste quadro cabe à demografia novo papel; aparece como entroncamento de várias ciências e não como ramo especial, como preocupação constante e não como anexo secundário e distinto do conjunto das ciências humanas.

O desenvolvimento da demografia histórica ocorre no âmbito desse quadro geral. Na década dos 40 do século passado surge ainda como ramo da história; em 1945 Adolphe Landry dizia existir uma demografia histórica que fazia parte da história geral como a história política, a história militar etc. Em 1950 Marcel Reinhard verificava o hiato existente entre História e Demografia ao afirmar que as obras clássicas de História e Demografia apresentavam a curiosa particularidade de se ignorarem mutuamente. No entanto, graças aos esforços de historiadores e demógrafos historiadores franceses, seguidos por outros estudiosos europeus, estreitaram-se os laços entre história e demografia, ao ponto de podermos hoje repetir com M. Reinhard: "a demografia é mais que informação complementar ... ela. é uma dimensão da história".<sup>3</sup>

Um grande esforço de elaboração teórica e de pesquisa sobre fontes de dados e métodos de trabalho foi exigido para que a demografia histórica pudesse aparecer como disciplina madura. Foi preciso romper, antes de mais nada, com o que Fernand Braudel chamou de "explicação imperialista, unilateral, da realidade social". Exemplo da atitude exclusivista – típica das "ciências jovens" – pode ser colhido na obra de Ernest Wagemann, economista e demógrafo. Para este autor a população comanda a economia e, por decorrência, a demografia comanda a história econômica. Afirma E. Wagemann: "Uma das teses preferidas da economia política de vulgarização, é que o crescimento populacional moderno deve ser atribuído ao sucesso do capitalismo em rápida expansão. Sem dúvida, aqueles que sustentam o contrário -- diz o autor -- têm mais razão ainda, ou

---

<sup>3</sup> Reinhard, M., *Histoire et Démographie*, Paris, 1950.

seja, que os progressos técnicos e econômicos dos séculos XIX e XX devem ser atribuídos ao rápido aumento populacional."<sup>4</sup>

Tal concepção, como bem lembra F. Braudel, não é peculiar aos demógrafos: "O economista – afirma este autor – distingue as estruturas econômicas e toma como dadas as estruturas não econômicas que as rodeiam, suportam e compelem... ao fazê-lo o economista reconstruiu o quebra-cabeças à sua maneira. O demógrafo opera da mesma forma, pretendendo tudo controlar e até alcançar explicações graças unicamente a seus critérios. Possui seus próprios testes operacionais, habituais, e eles não bastam para captar ao homem em sua totalidade", e, concluindo, afirma: "toda ciência social é imperialista até mesmo quando nega sê-lo; tende a apresentar suas conclusões particulares como se fora uma visão global do homem."<sup>5</sup>

Como fica evidenciado, o exclusivismo de cada ciência social não está no simples fato de pretender cada uma delas, como central, ser englobadora das demais; revela-se quando, mesmo reconhecendo-se como parte do todo que a supera, uma específica ciência social, dentro dos seus quadros conceituais e tão somente em seus limites, pretende nos oferecer uma visão global do homem, ou, o que é pior, pretende que o particular objeto de seu estudo possa explicar-se inteiramente nos estreitos limites de seu quadro conceitual próprio.

A nosso ver, romper com o "imperialismo" é reconhecer que o homem se nos apresenta como um ente polifacético; que os seus móveis têm raízes distintas, por vezes conflitantes; abarcá-lo, significa aceitar suas mil formas, a maioria das quais foge ao singular quadro conceitual de nossas particulares ciências. Romper com a visão estreita que denunciemos, significa aceitar as explicações oferecidas pelas várias ciências para o mesmo objeto, como elementos complementares e não mutuamente exclusivos.

Pode-se afirmar que a própria existência da demografia histórica, enquanto disciplina, é prova da possibilidade de superação de visões restritivas. Como os demais estudiosos da sociedade, reconhecem os demógrafos historiadores, a verdade das palavras de Kingsley Davis: "A fertilidade, a mortalidade e as migrações são em grande parte determinadas socialmente e são, por sua vez, determinantes sociais. Elas são as

---

<sup>4</sup> Wagemann, E., *La población en el Destino de los Pueblos*, Santiago, 1949.

<sup>5</sup> Braudel, F., *La Historia y las Ciencias Sociales*, Madrid, 1970.

variáveis internas ou formais do sistema demográfico enquanto que, as variáveis externas ou últimas são sociológicas e biológicas. Sempre que o demógrafo aprofunda suas investigações até o ponto de perguntar-se por que os processos demográficos se desenvolvem da forma como o fazem, penetra no campo do social."<sup>6</sup>

Tomemos dois exemplos do que acabamos de afirmar. O primeiro trata da interdependência entre os fenômenos econômicos e demográficos em suas linhas mais gerais; no segundo pretendemos ilustrar a complexidade das relações entre os fatos econômicos, biológicos e institucionais, tomando um problema específico, qual seja, o tempo de atividade produtiva do homem.

Tem-se repetido várias vezes que os três tipos básicos de organização econômica – caça, agricultura e indústria – são acompanhados por três correspondentes variações dos níveis econômicos e demográficos em que as sociedades humanas se movem. Sem privilegiar qualquer dos dois elementos pode-se mostrar, dentro de limites amplos e destituídos de determinismo fatalista, como o econômico e o demográfico apresentam-se solidários em cada uma das grandes etapas em que se pode dividir a história humana.

A separar cada fase aparece profunda ruptura da história da humanidade: a revolução agrícola do oitavo milênio a. C. e a Revolução Industrial do século XVIII. Segundo Carlo Cipolla tais eventos criaram profundas quebras na continuidade do processo histórico. Em cada uma destas Revoluções começa nova história; dramática e completamente alheia à que a precedeu. Quebrou-se a continuidade entre o homem das cavernas e os construtores das pirâmides, tal como se quebrou entre o antigo lavrador e o moderno operador de uma central elétrica.<sup>7</sup>

Ao período da caça e coleta, de extrema dependência das condições ecológicas (clima, abundância ou escassez de caça e/ou frutos silvestres etc.), correspondia uma densidade demográfica baixa com amplas variações no espaço e no tempo. Os elevados índices de natalidade e de mortalidade viam-se acompanhados por curta duração da vida média.

Pela análise de 187 europeus do grupo Neanderthal verificou-se que mais de um terço morreu antes de atingir a idade de vinte anos e a maior parte dos outros morreu

---

<sup>6</sup> Davis, K., *Human Society*, New York, 1949.

<sup>7</sup> Cf. Cipolla, Carlo M., *The Economic History of World Population*, Penguin Books, 1972.

entre a idade dos vinte e quarenta anos. Para além deste limite só se encontraram 16 indivíduos, a maior parte dos quais morreu entre os quarenta e os cinquenta anos. O estudo de 38 indivíduos pertencentes ao grupo *Sinanthropus* asiático (muito anteriores ao do Neanderthal) confirmou substancialmente os resultados acima apontados. Dos 38 foi possível calcular, para 22, a idade provável ao morrerem; destes, 15 morreram com menos de catorze anos, 3 morreram entre os quinze e os vinte e nove, 3 entre os quarenta e cinquenta e somente 1 parece ter sobrevivido para além dos cinquenta. Observe-se, trata-se tão somente de restos de adultos que chegaram até nós dos tempos paleolíticos.

Nas sociedades agrícolas predominaram altos índices de natalidade e mortalidade – 35 a 50 por mil para nascimentos, 30 a 40 por mil para óbitos. A prevalecer estes índices teríamos um crescimento anual de 0,5 a 1,0%, bastante significativo e que nos legaria um "estoque" populacional enorme; tal não aconteceu porque, no decorrer da história demográfica das sociedades agrícolas, os índices de mortalidade revelaram notável tendência para atingir, frequentemente, níveis dramáticos de 150, 300 e até 500 por mil. Em certas ocasiões estes níveis coincidiram com guerras, mas, com muito mais frequência, resultaram de epidemias e de fomes que aniquilaram grande parte da população existente. De mil recém-nascidos, 200 a 500 morriam, como norma, ao primeiro ano de vida. Muitos dos que sobreviviam não lograram transpor os sete anos. A esperança de vida, ao nascer, colocava-se entre os vinte e vinte e cinco anos. Os que conseguiam alcançar a idade dos cinco anos tinham baixa probabilidade de sobreviver para além dos cinquenta.

A Revolução Industrial – acompanhada pela segunda revolução demográfica – vai provocar nova mudança drástica no quadro geral. Desaparecem as explosões recorrentes do índice de mortalidade. Novos conhecimentos das plantas e do gado – acompanhados de novas técnicas de plantio e pastoreio – melhoria nos transportes, progressos na medicina e na profilaxia sanitária, tudo isto contribuiu para permitir ao homem debelar as fomes e as doenças epidêmicas.

A aludida Revolução Industrial, causa e consequência das revoluções agrícola e demográfica, também apresentou certos ganhos no que Alfred Sauvy chama de "morte natural", isto é, no índice de mortalidade em tempos normais. Os progressos da medicina, a melhor nutrição, os mais altos níveis de renda eliminaram praticamente muitas doenças e reduziram a incidência de outras. O índice de mortalidade "normal"

foi reduzido e nas sociedades industriais tende a ser inferior a 15 por mil.

O mais importante componente na queda do índice de mortalidade tem sido, geralmente, a drástica redução da mortalidade infantil. Hoje, nas sociedades industriais, a mortalidade infantil mostra-se inferior a 10 óbitos por mil nascimentos. Nestas sociedades a expectativa de vida ao nascer tende para mais de setenta e cinco anos. Por outro lado há a tendência generalizada de cair a taxa de natalidade – em sociedades industriais essa taxa tende a ser inferior a 15 por mil habitantes.

Nos países subdesenvolvidos ocorreu fenômeno *sui generis*. Na Europa a medicina evoluiu lentamente e o crescimento da população manteve-se, por consequência, gradual. Nos países não desenvolvidos o saber acumulado de dois séculos pôde imediatamente entrar em ação e, por conseguinte, as taxas de mortalidade caíram muito mais depressa do que jamais sucedera na Europa Ocidental. No Ceilão, para citar um caso extremo mas elucidativo, a malária foi eliminada pelo DDT e a taxa de mortalidade decresceu de 22 para 12 por mil em sete anos – entre 1945 e 1952 (depois das primeiras nebulizações de DDT a taxa de mortalidade desceu de 20 para 14 por mil num único ano, 1946-47) – quebra na taxa de mortalidade que levou setenta anos para se consumir na Inglaterra. Nas Maurícias a queda de 27 para 15 mortes por mil, efetuada em cem anos na Inglaterra, realizou-se também em apenas sete anos. Esta súbita baixa na taxa de mortalidade, combinada com o fato de que alguns países subdesenvolvidos não se encontravam preparados para as mudanças culturais características da Revolução Industrial clássica – em especial no referente ao controle dos nascimentos – causou aumento dramático do "fosso demográfico". Tomemos de novo o Ceilão como exemplo, o brusco declínio da mortalidade não foi acompanhado por quedas dignas de apreço na natalidade que se manteve acima dos 40 por mil. Com uma taxa de natalidade "agrícola" e uma taxa de mortalidade "industrial", a explosão demográfica tendeu a assumir níveis alarmantes.

Voltemo-nos para o segundo exemplo. Ao colocar o homem como um dos elementos fundamentais do processo produtivo, a história econômica está interessada não só no número total de indivíduos mas, sobretudo, no conhecimento da estrutura demográfica populacional. De grande interesse, entre outros, estão os dados referentes à partição segundo os sexos e faixas etárias; esperança de vida e período médio da atividade produtiva; tamanho das famílias e causa das mortes.

Tais fenômenos demográficos são condicionados por fatores biológicos e

sociais. Tomemos como ilustração a atividade produtiva dos indivíduos.

O homem deixa a atividade produtiva quando o debilitamento de suas capacidades físicas já não lhe permite exercer sua profissão. Mas este abandono pode ser parcial através da passagem a misteres que requeiram menor esforço físico. Nas sociedades primitivas uma série de trabalhos indispensáveis e de fácil consecução eram realizados pelos mais idosos, o mesmo sucedendo em sociedades agrárias tradicionais.

O limite no qual a capacidade física humana começa a revelar-se insuficiente para a execução de atividade produtiva fundamental depende, de um lado do estado biológico da sociedade e do indivíduo, e, por outro, do caráter do trabalho executado. Em consequência, este limite tendia a ser mais baixo nas sociedades de caçadores que nas agrárias e mais baixo na agricultura, comparada com alguns ofícios artesanais.

Tenhamos presente a existência de instituições econômicas, jurídicas, religiosas etc., operando no sentido de limitar o número de dias trabalhados por ano e as horas trabalhadas por dia. Como se vê, a atividade produtiva dos homens resulta da interação entre fatores sociobiológicos e socioinstitucionais. Os fatores sociobiológicos são antes de tudo a resistência do organismo humano às enfermidades e as possibilidades sociais de luta contra as doenças. Os fatores socioinstitucionais são bastante mais complexos. Tomemos como ilustração os feriados religiosos.

Como é sabido, na Idade Média os dias considerados festivos contavam-se em grande número e sua observância apresentava-se rigorosa. Os feriados assumiam caráter religioso e econômico. Nas condições do monopólio corporativo, entre os meios de evitar a concorrência no âmbito de diferentes mestres do mesmo grêmio estava a estrita regulamentação do tempo de trabalho; assim o monopólio corporativo, interessado no controle do volume da produção, apresentava interesse concorde com o das instituições religiosas no que respeitava à observância das festas religiosas. Já no Renascimento vemos a Reforma a lutar contra o culto dos santos; período no qual as empresas, fora do âmbito dos grêmios, necessitavam força de trabalho abundante para intensificar a produção.

Conclui-se do acima posto que a compreensão dos fatos demográficos ganha clareza apenas quando os integramos no quadro global das sociedades estudadas. Por outro lado, parece evidente a importância do estudo demográfico para o melhor entendimento da história da humanidade. Neste contexto entendemos as palavras de M.

Reinhard: "a demografia é mais que informação complementar... ela é uma dimensão da história."

Quando nos debruçamos sobre o evoluir populacional do Brasil é forçoso ter presente não tratarmos de simples repetição dos processos verificados na Europa ou nos países mais desenvolvidos.

A expansão colonialista, o relacionamento colônia-metrópole e a dependência com respeito aos centros hegemônicos internacionais são fatores que tiveram e ainda apresentam consequências demográficas variadas e profundas.

Para nosso período colonial é da maior relevância a existência da economia de exportação – cuja rentabilidade se condicionava pelos preços internacionais – ao lado da de subsistência. Considerada a oferta elástica de terra e a relativa facilidade com que se podia realocar a mão de obra escrava da atividade exportadora para a de subsistência, vê-se como os freios malthusianos ao crescimento vegetativo da população jamais assumiram papel altamente significativo no Brasil.

Por outro lado, as respostas da oferta de gêneros de primeira necessidade podiam ser afetadas pelas condições do mercado e dos preços internacionais para os produtos exportados. Fato a exercer papel fundamental na alocação da força de trabalho, dos recursos produtivos e, sobretudo, nos processos de dispersão e convergência populacionais, influenciando decisivamente nos movimentos migratórios internos.

A articulação da economia colonial na economia europeia vai, igualmente, condicionar os fluxos imigratórios; tanto de reinóis como da escravaria negra trazida da África.

Outro problema relevante é a existência, para o período colonial, de segmentos populacionais – homens livres, forros e escravos – que apresentaram dinâmica específica. Tais corpos populacionais, distintos dos prevalecentes na Europa, comportaram-se relativamente aos parâmetros demográficos, como grupos distintos.

A compreensão dos processos demográficos brasileiros está a exigir dos estudiosos, não só esforço dirigido no sentido de coleta de dados, mas, igualmente, no de elaboração teórica capaz de integrar tais movimentos em quadro sociológico, histórico, econômico e demográfico original.

Esta é a grande tarefa que se coloca aos pesquisadores dedicados ao



desenvolvimento da demografia histórica brasileira.